



GD 05

Gênero, Sexualidade e Ensino de Ciências Sociais

Coordenadoras:

Kirla Korina e Simone Mestre

Gênero e Sexualidade: uma análise dos desafios e práticas docentes no ensino de gênero e sexualidade no atual contexto educacional*Fabricio Pupo Antunes¹**Sara Coelho de Farias/Nome social: Saa²*

É cada vez mais notório a potencialização do discurso de que escola, gênero e sexualidade devem constituir instâncias separadas. A crescente onda de movimentos de extrema-direita vivenciada no país têm muitas vezes motivado a perseguição às/aos professoras/es sob acusação de doutrinação política, além de reforçar a pauta de que na escola não se deve discutir gênero e sexualidade, promovendo também um silenciamento e uma aversão diante das diferenças. A perseguição a esses temas, como também às questões étnico-raciais, às temáticas de crise climática, religiosidade parece constituir o atendimento às pautas da bancada religiosa cristã representante de uma parte da população apoiadora de preceitos morais ligados à extrema direita. Nesse sentido, esses não seriam temas passíveis de discussão no ambiente escolar.

Essa visão reforça a concepção de que a sexualidade é tratada como uma questão íntima e pessoal, e que a escola, enquanto um ambiente social voltado para a formação da vida em sociedade, deveria se manter distante de temas considerados controversos. Dessa forma, ao delegar à família a responsabilidade de educar sobre gênero e sexualidade, retira-se da escola e da atuação da/o professora/or a chance de promover reflexões sobre as diferenças, justamente em um espaço que, por sua natureza, é produtor dessas diferenças.

A tensão criada pelos grupos conservadores afeta diretamente a abordagem da escola e das/os docentes, sobretudo àquelas/es ligadas/os às áreas de humanidades. A formação de pensamento crítico e a desconstrução acerca do tema se torna mais difícil à medida em que os professores se veem privados de debater, discutir casos e introduzir dinâmicas sobre diversidade de gênero e sexualidade com

¹ Graduando do bacharelado em Sociologia na Universidade de Brasília e bolsista do projeto “A construção da identidade profissional docente em Sociologia frente aos desafios curriculares e pandêmicos no Brasil”.

² Graduando da licenciatura em Sociologia na Universidade de Brasília, bolsista do projeto “A construção da identidade profissional docente em Sociologia frente aos desafios curriculares e pandêmicos no Brasil” e extensionista do CiSo.

seus alunos. A constante repressão e acusações de “doutrinação” acabam prejudicando a liberdade profissional do professor que busca o desenvolvimento de pensamento crítico dos alunos, esses docentes acabam se direcionando a uma espécie de autocensura, evitando completamente o tema por incerteza das repercussões e conflitos negativos que poderiam vir a ocorrer.

Isso sugere uma grande preocupação e ameaça ao trabalho docente fomentando medos e temores em relação às mudanças nos padrões morais da sociedade. A censura citada também prejudica alunos que se encontram com questionamentos sobre a naturalização hegemônica de gênero e sexualidade, eles perdem totalmente o acesso a introdução e mediação em relação ao tema. Com a exclusão da possibilidade do debate, alunos LGBTQIAP+ não serão capazes de encontrar um espaço livre para compartilhar e discutir identidades e experiências, além disso, a falta de inclusividade acaba retornando como um problema enfrentado pelas escolas, indubitavelmente pela fuga de discussões de temas que dizem respeito às diferenças, acarretando a perpetuação do bullying e promovendo um crescimento da evasão escolar.

Nesse sentido, torna-se fundamental entender como essas experiências se dão no ambiente escolar na perspectiva da/o docente em Sociologia. Por isso, o objetivo deste trabalho é analisar os desafios e práticas das/os professoras/es diante da abordagem de gênero e sexualidade, das/os jovens nas escolas do Brasil. Entende-se que esse é um importante ponto de partida para a reflexão sobre como o corpo docente da escola reage diante das diferenças e o quanto se sente ou não preparado ou seguro para a garantia e acolhimento das experiências que desafiam as normas culturalmente instituídas na sociedade.

Cabe citar que este trabalho é resultado da pesquisa de extensão “A construção da identidade profissional docente em Sociologia frente aos desafios curriculares e pandêmicos no Brasil”, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Brasília, submetida a Plataforma Brasil sob o parecer número 5567661 e de responsabilidade de Marcelo Pinheiro Cigales, professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

Para a realização deste trabalho foram selecionadas oito entrevistas buscando abranger os diferentes marcadores sociais diferença entre as/os docentes. A partir

disso, a análise das práticas e desafios dessas/es professoras/es se deu por meio do diálogo com autoras/es contemporâneas/os que trabalham com as temáticas de juventude, sexualidade e escola (Richard Miskolci e Jorge Leite Júnior, 2014; Guacira Lopes Louro, 2017; Larissa Pelúcio, 2014; Alice Casimiro Lopes, Anna Luiza Martins de Oliveira e Gustavo Gilson Sousa de Oliveira, 2018; Marlucy Alves Paraíso, 2018), além de artigos presentes em bases de dados como Scielo, Grupos de Trabalhos das Reuniões Nacionais da ANPED (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisas em Educação) e Catálogos de Teses e Dissertações da Capes.

As pesquisas e produções sobre gênero e sexualidade são essenciais e amplamente discutidas no atual contexto brasileiro, atores influentes no assunto são usados como base para diversas perspectivas e aprofundamentos. Um deles, Jacques Derrida (1930-2004), era um filósofo francês que abordava principalmente conceitos acerca da desconstrução da linguagem e seus sistemas. O método em destaque é sua perspectiva sobre a linguagem e como se aprofunda em sua desconstrução, buscando destrinchar significados disfarçados e a subjetividade ramificada presentes nela, evidenciando a forma como são construções intangíveis e oscilantes. De forma similar, a filósofa estadunidense Judith Butler, intersecciona os conceitos de gênero como performance aos trabalhos de Derrida e Foucault. Ela destrincha sua teoria de como o gênero não é imutável ou apenas biológico, ele é constante construído de forma repetitiva através de comportamentos, assim, comparando a uma performance - construções físicas e mentais realizadas na frente de uma audiência - que possui como fator norteador as normas culturais e sociais. Ademais, também aborda como a heteronormatividade e o binarismo de gênero limitam as identidades de sexualidade e gênero, alegando que as identidades são fluidas, ao contrário do excludente pensamento tradicional. Analogamente, a confluência em ambos os conceitos trabalhados por Derrida e Butler demonstram uma crítica a relação de poder -levando a marginalização- estabelecida pela crença de imutabilidade das identidades, os dois demonstram interesse em como as identidades podem ser subvertidas em divergência as normas sociais. Assim, as identidades apresentam a possibilidade de desnaturalizar a docilidade em relação às ordens de poder social regentes, promovendo resistência e visibilidade de inúmeras existências plurais.

Diante do exposto, é papel fundamental das Ciências Sociais proporcionarem possíveis caminhos que promovam a liberdade e autonomia dos indivíduos, favorecendo uma emancipação social frente a acentuação e reprodução das desigualdades. Esse papel questionador intrínseco a educação e sua função transformadora é essencial para a formação de agentes sociais críticos que consigam analisar a sociedade em que estão inseridos, papel que é ameaçado frente às políticas aplicadas atualmente, então compreender as condições enfrentadas pelos docentes e como elas refletem tanto nas suas práticas docentes quanto em suas conjunturas psicológicas atuam como um norteador para análise e desenvolvimento de pesquisas acerca do tema discutido.

Palavras-chave: Gênero, Sexualidade, Educação, Docência

Referências

- BUTLER, J. *Problemas de gênero: a subversão da identidade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade. v. 1: A vontade de saber*. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- LOURO, G. L. *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- MISKOLCI, R. *Marcas da diferença no ensino escolar*. 1. reimp. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2014.
- MISKOLCI, R.; LEITE JÚNIOR, J. *Diferenças na educação: outros aprendizados*. 20. ed. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2014.
- PARAÍSO, M. A. Currículo, gênero e heterotopias em tempo do slogan “ideologia de gênero”. In: LOPES, A. C.; OLIVEIRA, A. L. A. R. M.; OLIVEIRA, G. G. S. (Org.). *Os gêneros da escola*. 1. ed. Recife: UFPE, 2018.
- PELÚCIO, L. Gênero na escola. In: MISKOLCI, R.; LEITE JÚNIOR, J. (Org.). *Diferenças na educação: outros aprendizados*. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 106–119.

Relato de uma não-experiência: como o ensino de gênero e sexualidades não ocorre em uma escola de Florianópolis/SC*Frederico Romanoff do Vale*

Desde o começo do ano passado eu leciono aulas de Filosofia e Sociologia para estudantes do Ensino Fundamental II e Ensino Médio de uma escola privada em Florianópolis. Como sabemos, o ensino sobre as diversidades é tema constante no currículo das Ciências Sociais e Humanas. Durante o ano passado, aconteceu-me de tentar abordar esses temas diretamente em sala de aula, atitude que resultou em duas chamadas à diretoria da escola para "explicações".

Eu relato esta experiência em artigo publicado na Revista Café com Sociologia (ROMANOFF, 2024). No meu artigo, eu realizei uma livre reflexão sobre minha atuação em sala de aula que teve como base algumas posturas e teorias antropológicas aprendidas durante a minha formação universitária. Em linhas gerais, argumentei que existem diferentes tipo de ontologias no mundo (INGOLD, 2015) ou modos de existência (LATOUR, 2019) que tem como valores e referenciais de vida distintas perspectivas. Diante na negativa tácita do ensino da temática de gênero em sala da aula, procurei entender o porquê disso. Antes de procurar uma justificção para a intolerância, procurei compreender a manifestada preocupação da gestão da escola e de algumas famílias sobre o ensino deste tema.

Gostaria então de propor uma continuidade dessa conversa, ouvindo os demais presentes no Grupo de Trabalho da ABECS e assim buscar aprimorar o meu entendimento e a minha postura em sala de aula. Algumas perguntas que podem nortear a discussão seriam: como ensinar temas tão sensíveis diante de uma realidade conservadora? Existe uma idade "adequada" para o início dessa discussão? A abordagem se diferencia quando falamos para crianças ou adolescentes?

Acredito que essas questões podem ajudar na reflexão sobre a melhor forma de abordar um assunto tão imprescindível para a vida em sociedade e, infelizmente, tão envolvido em polêmicas.

Palavras-chave: ensino, gênero, ontologia.

Referências

ALMEIDA, M. W. Caipora e outros conflitos ontológicos. *Revista de Antropologia da UFSCar*, v. 5, n. 1, p. 7–28, jan./jun. 2013. Disponível em: http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2015/05/vol5no1_01.MauroAlmeida.pdf. Acesso em: [inserir data de acesso].

INGOLD, T. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LATOUR, B. *Investigação sobre os modos de existência: uma antropologia dos modernos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

ROMANOFF, F. O relatado de uma não-experiência: como o debate sobre gênero não ocorre em uma escola de Florianópolis/SC. *Revista Café com Sociologia*, v. 13, n. 1, p. 1–8, 2024.

Reprodução Social e Trabalho Não-Remunerado: Uma análise crítica do papel designado às mulheres e suas implicações na educação*Gabriele Fernandes Soares³*

O presente trabalho visa trazer as principais perspectivas acerca da reprodução social e do trabalho não remunerado, esse que é realizado majoritariamente por mulheres. Esta apresentação estabelece uma comunicação com meu projeto de pesquisa. Que articula-se diretamente com a temática e busca analisar as realidades vivenciadas pelas mulheres do Sudoeste baiano, especificamente em Vitória da Conquista-Bahia. Entretanto, neste momento busca enfatizar como esse processo distancia e prejudica as mulheres nos espaços domiciliares e para além deles, nos espaços escolares.

Com isso, os objetivos são: analisar a reprodução social e seus impactos na vida das mulheres. Compreender como essa estrutura reforça opressões sobre as mesmas e discutir os impactos que essa delimitação de papel relacionado ao gênero, traz e reverbera no âmbito do ensino.

A metodologia utilizada para essa exposição se constitui através da pesquisa bibliográfica de autoras que trabalham com a temática, entendendo que a pesquisa bibliográfica, realiza o levantamento de informações pertinentes a serem destrinchadas no trabalho, agregando ao conhecimento crítico e a construção de novos saberes.

A reprodução social se caracteriza como um mecanismo gerido por comportamentos e ações que gestam uma ordem na sociedade em que vivemos. Com isso, essa reprodução se estabelece sobre a perpetuação de moldes determinados que devem ser seguidos socialmente. Quando se fala em Teoria da Reprodução Social essa perspectiva volta-se a explicar acerca do papel e das incumbências executadas pelas mulheres, bem como, o trabalho doméstico realizado no âmbito privado pelas mesmas, traçando conjuntamente uma relação com o sistema econômico capitalista.

³Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Todas essas atribuições domésticas, estão relacionadas à manutenção da vida cotidiana, ou seja, elas comportam todas as necessidades diárias para a sobrevivência da classe trabalhadora, que vão desde os fatores básicos, até aqueles mais complexos. Visivelmente essa carga de responsabilidade e cuidado é atribuída às mulheres, que dessa forma, realizam um trabalho de reprodução da vida. Vale salientar que essas mulheres em sua grande maioria trabalham fora e dentro do ambiente doméstico.

Os papéis delimitados ao gênero foram sendo constituídos desde os primórdios, visto que as sociedades mais antigas utilizavam as mulheres como troca entre os povos, a fim de evitar conflitos, além do que as mesmas eram utilizadas como mecanismo de reprodução. Gerda Lerner (2019) no livro, “A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens” descreve que:

“Homens como grupo” tinham direitos sobre as mulheres que as “mulheres como grupo” não tinham sobre os homens. As próprias mulheres tornaram-se um recurso adquirido por homens tanto quanto as terras adquiridas por eles. Mulheres eram trocadas ou compradas em casamentos para benefício de suas famílias. Depois, elas foram dominadas ou compradas para a escravidão, quando seus serviços sexuais eram parte de sua mão de obra e seus filhos eram propriedade de seus senhores. Em toda sociedade conhecida, as mulheres das tribos conquistadas eram escravizadas primeiro, enquanto os homens eram mortos. Somente depois que os homens aprenderam como escravizar as mulheres dos grupos que podiam ser definidos como estranhos é que eles aprenderam a escravizar os homens desses grupos e, em seguida, grupos subordinados de suas próprias sociedades. (Lerner, 2019, p. 290)

Dessa forma é possível identificar que ao longo dos séculos a mulher foi sendo postulada a um papel específico nas sociedades. Papel esse, que foi voltado a reprodução da vida, cuidar e servir alguém. Gerando assim uma série de opressões sobre as mesmas que se reproduzem atualmente.

Surge então uma problemática, como esses aspectos reverberam negativamente na educação?

Por terem que realizar a manutenção do lar, meninas e mulheres evadem do ambiente escolar massivamente. De acordo com o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará que teve como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2018, cerca de 23,3% de mulheres entre a faixa etária de 15 a 29 anos evadiram das instituições escolares para cuidar do lar. Pode-se perceber que há um condicionamento do “lugar de mulher” que as afasta desses espaços.

Este afastamento deve-se a fatores socioeconômicos, mas não se pode esquecer que também há nessa estrutura fatores não perceptíveis e que estão intrínsecos no seio social, como os históricos e culturais, ou seja, as sociedades se sistematizaram culturalmente durante a história de modo que configurou-se o espaço doméstico as mulheres como algo naturalizado e vocalizado as mesmas.

Conclui-se então que o trabalho de manutenção da vida foi incubido aos corpos femininos de uma forma opressiva, visto que as mulheres se veem presas ao âmbito familiar. Entendendo que a reprodução social atua como ferramenta para mantê-las associadas às atividades domiciliares, estas que por sua vez distanciam meninas e mulheres dos espaços acadêmicos e dos espaços de poder na sociedade. Fomentando consequentemente as desigualdades de gênero.

Palavras-chave: reprodução social, mulheres, sociedade.

Referências

LERNER, G. A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens. Tradução: L. Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

MADEIRO, C. 23% das mulheres que abandonam a escola precisam cuidar da casa, diz estudo. UOL Universa, 13 dez. 2019. Disponível em:

<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/12/13/23-das-mulheres-que-abandonam-escola-precisam-cuidar-da-casa-ou-de-alguem.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 28 ago. 2024.

Diálogos docentes: gênero, sociabilidades e experiências no Profsocio/UVA

Ivaldinete de Araújo Delmiro Gêmes⁴

Este trabalho de cunho sociológico, é fruto de minhas experiências de mulher negra, professora do curso de ciências sociais e Mestrado em Sociologia em Rede, cientista social, ambientalista e ativista social em permanente luta pelos direitos humanos. O acesso à formação e aos saberes acadêmicos são direitos constitucionais com base nos princípios de justiça, cidadania e equidade. Neste sentido, é importante trazer para o debate neste VI Congresso Nacional da Abecs, temáticas relevantes no processo de formação dos estudantes das ciências sociais. As formações sociológicas são compreendidas e tecidas, nas encostas de produções de conhecimentos, que engendram saberes, práticas laborais, performances de gêneros, corporais, raciais, afetivas dentro do contexto de incertezas, exclusão, pobreza, invisibilidade e sofrimento na Região Nordeste do Brasil. Nesse cotidiano de longas jornadas de trabalho e de muitas cobranças, de dor e medo, desafios e possibilidades, as estudantes mestrandas/ professoras: labutam, elaboram arranjos temporais, econômicos, afetivos, constroem modos de viver, lutar, sonhar e de resistir.

O trabalho visa analisar e compreender quais são as dilemas e dificuldades encontradas na trajetória de vida de mulheres estudantes/ professoras do PROFSOCIO da Universidade Estadual Vale do Acaraú UVA da cidade de Sobral-CE. Para tanto, realizou-se uma abordagem sociológica das dimensões sociais, afetivas, culturais, educativas, laborais e de saúde dessas agentes. Pretende-se dialogar com os dispositivos da Teoria da complexidade e das Teorias Feministas. Além da utilização metodológica de elementos necessários para se pensar as relações entre classe, gênero, corpo e classe a partir de saberes complexos e das epistemologias decoloniais. O exercício do saber acadêmico se configura através de experiências espontâneas, geradas pelas condições rizomáticas das produções do sujeito complexo, sociológico, ético e ecológico.

⁴ Professora Adjunta da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rede Nacional PROFSOCIO. Pós-doutorado.

O foco da pesquisa é analisar como a mulher nordestina, que é professora do ensino médio e mestranda em sociologia (Profsocio), lida com situações de conflito ou de construção nos processos da existência, enquanto sujeito profundo, no cotidiana de tripla jornada de trabalho. Ou seja, como ela transforma os espaços abissais de exclusão e miséria, em ambientes habitáveis. Como elabora estratégias e alternativas para os problemas educacionais, temporais, sociais que lhe afeta no cotidiano de trabalho e das experiências em sala de aula, no setor da educação formal, nas escolas públicas, da Região Norte do estado do Ceará.

A proposta desta pesquisa é contribuir para o questionamento sobre os estudos feministas, de gênero, corpo, sala de aula, saúde, classe, trabalho e educação. Além de realizar o debate acerca da ausência de estudos decoloniais, relacionados ao cotidiano da mulher professora e aluna da Pós-graduação. Desta perspectiva, é importante ressaltar como o processo de vida, trabalho e saúde gera aspectos fundamentais na constituição e composição das dinâmicas e organização de vida da mulher trabalhadora no Brasil. De acordo com esta autora:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por característica a destinação prioritária dos homens à esfera reprodutiva e das mulheres à esfera reprodutiva, e simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor agregado (políticas, religiosas, militares, etc.). (KERGOAT, 2009, p. 67).

Destaca-se que a vida da mulher professora da escola pública foi organizada a partir da precarização desse campo profissional, que gera dor sofrimento físico e psíquico e acelera o processo de desigualdade, invisibilidade, medo e mal-estar social. Por último, a pesquisa focaliza as múltiplas experiências vivenciadas pelas mulheres professoras/mestrandas do Nordeste Brasileiro numa situação de tripla jornada de trabalho, com forte impacto para todo processo nas relações sociais, culturais, de ensino/aprendizagem e nas relações de gênero. A autora Carole Pateman (1993, p.17), afirma que o patriarcado é um processo social evolutivo, ou seja, que alterna suas configurações de acordo com a estrutura social vigente. Inicialmente, a figura do homem como opressor-dominador estava voltada à vida familiar e ao lar, exercendo poder sobre sua esposa e seus filhos. Esta autora ainda destaca, ao falar sobre a autoridade masculina e seus desdobramentos, que “A

liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. Os filhos subvertem o regime paterno não apenas para conquistar sua liberdade, mas também para assegurar as mulheres para si próprios.”.

Vale ressaltar que o debate acerca das relações de gênero e sua inclusão dentro dos campos sociais tem sido considerado uma das pautas pertinentes, além de que ganhar destaque dentro do movimento feminista e notoriedade no papel revolucionário Facchini (2018), nos estudos de gênero, aponta que:

[...] passaram a contestar o modo como as vidas das mulheres eram abordadas, a partir do olhar até então predominantemente masculino, e a se engajar no estudo de questões que envolviam as desigualdades, opressões ou modos de exploração relacionados à divisão do mundo entre homens e mulheres.”. (2018, p. 36).

É importante salientar que essas discussões não se limitaram somente à classificação de gênero, mas aos direitos reivindicados pelas mulheres no âmbito público, lutando incansavelmente contra a opressão imposta pelos homens. Antes da consolidação do movimento feminista, houve uma parcela importante de mulheres, que tinha participação efetiva pela conquista de direitos, ainda que não existisse uma organização estabelecida e suas garantias fossem mínimas.

Nesta perspectiva, buscou-se, nesta análise, esboçar algumas problemáticas, que em função deste contexto sociocultural, assumem lugar do saber e do fazer político. Enfim, compreende-se aqui a vida das mulheres a partir de redes de sociabilidades geradas pelos processos construídos no palco da história humana. Trata-se, assim de uma identificação feminista de processos culturais e políticos formadores de identidades, bem como de outras subjetividades políticas privilegiadas pelas esferas de significações que constituem modelam os estigmas, experiências, possibilidades, inclusão, lutas e vitórias. Desse modo, é fundamental trazer o diálogo com a literatura feminista, no que tange o cotidiano da trabalhadora em educação, especialmente as professoras que lecionam Sociologia no Ensino Médio.

Palavras-chave: Sociologia, Formação, Mulher, Profsocio, Gênero.

Referências

BRUSCHINI, C. *O trabalho da mulher brasileira em décadas recentes*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, ECO/CIEC, 1994.

FACCHINI, R.; FERREIRA, C. B. C. Feminismos e violência de gênero no Brasil: apontamentos para o debate. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 68, n. 3, p. 04–05, 2018.

FONSECA, T. M. G. *Gênero, subjetividade e trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

LOURO, G. L. Uma leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 6, p. 53–67, 1992.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2014.

PATEMAN, C. Críticas feministas à dicotomia público/privado. In: PATEMAN, C. *Participação e teoria democrática*. Tradução: F. Biroli. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

PATEMAN, C. *O contrato sexual*. Tradução: M. Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

Empurrados de volta ao armário: Desafios e Impactos da Ocultação da Identidade LGBT na Prática Docente

Julia Ferreira de Lima⁵

Julio Carlos de Souza²

A docência, muitas vezes vista como um espaço de formação e crescimento, pode se transformar em um ambiente de opressão e violência para nós, docentes que pertencemos à comunidade LGBT. A necessidade constante de ocultar partes de nós mesmos, seja para evitar constrangimentos com colegas de trabalho, seja para nos proteger de possíveis retaliações ou evitar levar à complicações na relação famílias-escola, reflete uma prática que não só fere nossa integridade pessoal, mas também impacta negativamente a qualidade da nossa prática docente. Este resumo busca explorar as consequências dessa invisibilidade forçada, unindo nossas experiências pessoais e profissionais para iluminar os desafios enfrentados por nós, jovens docentes LGBT.

Institucionalmente, evita-se falar de respeito à diversidade sexual e continua-se obstinada e ostensivamente, a ensinar e a incentivar que se pense e se aja de maneira a reprimir, marginalizar e estigmatizar as pessoas consideradas homossexuais (Ribeiro; Soares; Fernandes, 2009, p. 207-208).

Para muitos de nós, docentes LGBT, o ambiente escolar ressoa com ecos de experiências traumáticas vividas na adolescência. A escola como espaço de violência simbólica (BOURDIEU; PASSERON, 1992, p. 19) que começa desde a definição de quais significações impor e quais excluir do espaço educacional, e termina no espaço de reprodução da violência direta, simbólica e física. Nesse contexto, alunos, professores, diretoria e a comunidade como um todo atuam como vítimas e também como reprodutores dessas violências constantes, sendo as minorias, como a comunidade LGBT, notavelmente atacadas com muito mais frequência e intensidade que a população em geral.

Essas violências implicam em uma necessidade de esconder nossa orientação sexual ou identidade de gênero, sendo uma realidade cotidiana, imposta pela expectativa de manter um comportamento "adequado" perante alunos, pais e colegas.

⁵ Graduando no curso de Ciências Sociais — Licenciatura pela UFMG e bolsista FNDE do Programa de Educação Tutorial das Ciências Sociais da UFMG (PET-CS UFMG). ²

Graduado no curso de Ciências Sociais — Licenciatura pela UFMG e professor da rede estadual de Minas Gerais.

Mesmo fora do ambiente escolar, a vigilância e o policiamento da nossa vida privada mostram o quão profundo é o controle social sobre nossa identidade enquanto docentes LGBT. A interferência direta da direção da escola sobre o que seria um comportamento "apropriado" para um professor, sofrida por um dos autores deste resumo em uma escola na qual trabalhou durante o ano de 2024, reflete um controle que extrapola as barreiras do ambiente de trabalho, demonstrando as represálias que se estendem à nossa vida pessoal.

A desconfiança em relação aos colegas e superiores pode criar um ambiente de trabalho hostil, onde nos vemos obrigados a nos isolar como mecanismo de autoproteção. Esse distanciamento não só compromete a qualidade das nossas relações interpessoais no ambiente de trabalho, mas também afeta a relação pedagógica com nossos alunos. A falta de conexão autêntica e a incapacidade de mostrar vulnerabilidade prejudicam o estabelecimento de vínculos significativos, tão essenciais para a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes.

No conceito de "Espíritos desencarnados", bell hooks (2013, p. 255) descreve professores que, ao não colocarem seus corpos, desejos e vontades em seu trabalho, tornam-se figuras desconectadas de sua própria humanidade e da humanidade dos outros. Quando nos desincorporamos, seja por pressões sociais ou medo de retaliação, acabamos nos distanciando não apenas de nossos alunos, mas também de nossa própria identidade. Esse distanciamento não só empobrece a relação pedagógica, mas também impede que o ensino seja um espaço de troca genuína e de construção coletiva, comprometendo a qualidade e a profundidade da experiência educativa.

As experiências de ocultação e vigilância que enfrentamos como docentes LGBT são, muitas vezes, simultaneamente sutis e escancaradas. Tanto nós que escrevemos este artigo, quanto colegas, sentimos a necessidade de manter perfis diferentes em redes sociais e evitar postar fotos que revelem aspectos da nossa vida pessoal, chegamos a tomar o cuidado constante em sermos vistos em público com nossos parceiros românticos, situações que refletem uma vigilância incessante sobre nossas identidades. A preocupação em sermos demitidos ou em perdermos oportunidades de emprego devido à nossa orientação sexual ou identidade de gênero é uma realidade constante e angustiante. Essas experiências, embora evidentes para

quem as vive, permanecem invisíveis para muitos, enquanto outros escolhem deliberadamente ignorá-las. Esse silêncio cúmplice perpetua nossa marginalização e reforça a necessidade de esconder quem somos, criando um ambiente onde a repressão da identidade se torna a norma para sobreviver.

Além disso, a fadiga emocional resultante desse constante estado de alerta e ocultação pode nos levar a um esgotamento mental e físico. A repressão contínua de quem somos, combinada com a pressão de atender às expectativas normativas, cria um ciclo vicioso de ansiedade e exaustão, que compromete não só a qualidade do nosso ensino, mas também a nossa saúde e bem-estar.

O relato pessoal apresentado neste artigo é apenas uma das muitas histórias que revelam as dificuldades enfrentadas por nós, docentes LGBT, em um ambiente educacional que muitas vezes falha em oferecer suporte e inclusão. Inspirados em bell hooks (2013) e Suely Carneiro (2005), apontamos para a necessidade de construirmos outras formas de produção de conhecimento, que consiga abraçar e acolher os diversos sujeitos e em especial os sujeitos silenciados.

A escola tem uma característica de imprimir as significações nas mentes dos indivíduos e consequentemente, inseri-las na cultura social ao ponto de se enraizar (Bourdieu; Passeron, 1992, p. 25). É graças a essa característica que certos valores coloniais têm se imortalizado por tantos anos em nosso país, e é essa mesma característica que abre um caminho possível de transformação da realidade social. Por isso é necessário nos apoderarmos desses espaços educativos como forma de resistência.

Não se trata, assim, apenas de lutar contra as manifestações homofóbicas, presentes também nas instituições educacionais, mas principalmente de também fazer desses espaços locais de problematização dos processos de produção das diferenças e das desigualdades, percebendo a instabilidade e a precariedade de todas as identidades (Ribeiro; Soares; Fernandes, 2009, p. 208).

Portanto, se torna essencial que as instituições de ensino reconheçam e abordem essas questões, promovendo políticas que garantam a nossa segurança e bem-estar como docentes, independentemente de nossa orientação sexual ou identidade de gênero. Somente assim poderemos criar espaços educativos onde a diversidade seja celebrada e onde cada um de nós possa ser plenamente quem é, tanto dentro quanto fora da sala de aula. Entendemos que o mesmo espaço que

reproduz violências e ataca as minorias, também pode ser um ambiente de formação de identidades.

Palavras-chave: gênero e sexualidade, docência, ocultação, reprodução social.

Referências

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

CARNEIRO, S. A. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

GOMES, E.; DURÃES, B.; SÁ, T. *Formação docente e ensino de Ciências Sociais no Brasil*. Alfenas: UNIFAL-MG, 2022.

HOOKS, b. *Ensinando a transgredir: a educação como prática libertadora*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MARTINS, R. S.; FRAGA, P.; JUNQUEIRA, M. P. Arqueologia de projeto de vida: compreender o componente curricular na nova reforma do ensino médio brasileiro. *Pós: Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais*, v. 18, p. 12–31, 2023.

RIBEIRO, P. R. C.; SOARES, G. F.; FERNANDES, F. B. M. A ambientalização de professores e professoras homossexuais no espaço escolar. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO, 2009. v. 32, p. 283–312.

O debate sobre maternidade no Novo Ensino Médio: Uma análise comparativa entre Minas Gerais e Mato Grosso.

*Lusiene Araújo da Conceição⁶
Silvana Maria Bitencourt⁷*

A maternidade é um fenômeno que impacta a vida das mulheres sob diversas formas e significados, sendo um conceito historicamente articulado que varia conforme o contexto social analisado. Considerando os diversos problemas que mulheres mães vivenciam para participarem do mercado de trabalho de forma igualitária em comparação a homens e mulheres sem filhos/as, isso se agrava quando as famílias possuem renda menor, o que faz uma jornada de trabalho tornar a ser, menos protegida, menos remunerada (quando se fala sobre trabalho doméstico remunerado) e mais longa (Biroli, 2018). Um exemplo disso, no contexto brasileiro “[...] são as mulheres terem carga horária de trabalho superior à dos homens, uma vez que ainda hoje persiste uma distribuição desigual quanto às atribuições das tarefas domésticas” (Souza, 2017, p.319), Colaborando com essa perspectiva, Badinter (1985) afirma que a maternidade é uma construção histórica e social tanto em relação a mãe-criança e ao seu valor, que nem sempre foi a mesma ao longo dos anos.

A maternidade enquanto temática emerge no debate das Ciências Sociais, a partir da década de 1960, e no final da década de 1980 ocorre maior efervescência. Essa visibilidade da maternidade ocorre entre as intelectuais que analisavam os movimentos feministas e as reflexões que estes movimentos reivindicavam enquanto direitos políticos, sociais e econômicos das mulheres, portanto a luta sobre os direitos sexuais e reprodutivos fizeram parte da agenda feminista. Como também a “aceleração da industrialização e da urbanização; inserção crescente das mulheres no mercado de trabalho; controle da fecundidade com o advento da contracepção

⁶ Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: lubyth@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-5631-3898>.

⁷ Professora Associada do Departamento de Sociologia e Ciência Política e do PPGS da Universidade Federal do Mato Grosso, campus Cuiabá. Pós-Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Buenos Aires; Doutora em Sociologia Política pela UFSC. E-mail silvanasocipufmt@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3183-373X>.

medicalizada (sobretudo a pílula contraceptiva)” (Scavone, p.137, 2001). Muito embora mulheres mães compartilhem experiências universais, estas experiências podem variar significativamente, por ser um processo cultural, algumas mulheres ainda podem ser condicionadas e socializadas à subordinação de pessoas ligadas ao sexo masculino, quer sejam em instituições privadas ou públicas. Instituições estas que atuam na formação das identidades de gênero (Geertz, 1989). Essa perspectiva influencia profundamente a condição da maternidade nas relações sociais. Portanto, é fundamental investigar como essas dinâmicas afetam a vivência da maternidade e as expectativas colocadas sobre as mães.

Badinter (2011, p.163) afirma que “a maternidade não é uma evidência natural, mas um problema” que propõe uma escravização voluntária ao lar e à família. Com a multiplicidade de papéis exercidos pelas mulheres, a partir do aumento do trabalho fora e dentro de casa presencia-se uma instabilidade na saúde mental e uma péssima qualidade de vida ao incorporarem a flexibilidade para o alcance das duplas ou triplas jornadas. Bitencourt (2013) esclarece que a incidência de sofrimento psíquico feminino tem relação com a emancipação feminina e com as várias contradições no exercício dos trabalhos domésticos realizados dentro de casa sem distribuição iguais de tarefas. Carneiro (2021) situa esse cansaço da maternidade *full time* como consequência de se conjugar casa, comida, vida pessoal, familiar e de trabalho e em tese, o cuidado consigo e o mito da felicidade contemporânea. Essa nova proposta de maternidade é instigada pelo discurso neoliberal em que à mulher deve ser autônoma, “guerreira”, capaz para atingir a felicidade plena.

Levando em conta que a mulher pode engravidar a partir do início da menstruação, as estimativas de gravidez nessa fase, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) é que cerca de 12 milhões de meninas entre 15 e 19 anos engravidam anualmente. Na América Latina e no Caribe, as taxas de gravidez na adolescência são particularmente altas em comparação com outras regiões do mundo. No Brasil, por exemplo, a taxa de gravidez na adolescência tem mostrado uma tendência de queda, mas ainda é uma questão relevante. As consequências da gravidez na adolescência podem ser desafiadoras tanto para as jovens mães quanto para os/as filhos/as, incluindo questões socioeconômicas, de saúde e de educação.

Esses números refletem falhas no sistema educacional como a ausência de aulas de educação sexual, também as dificuldades de acesso a métodos contraceptivos, e ainda aos diversos contextos sociais.

Tendo em vista essas consequências, a maternidade no Ensino Médio é um tema que muitas vezes recebe pouca atenção das escolas. Mediante esse contexto, e observando as regiões Sudeste, (na cidade de Belo Horizonte – Minas Gerais) e Centro Oeste (na cidade de Cuiabá – Mato Grosso) buscamos como objetivos: 1) Investigar como a maternidade é abordada no Novo Ensino Médio, destacando as perspectivas biológicas, sociais e culturais; 2) Propor a inclusão do debate sobre maternidade na formação de cidadãos críticos e conscientes em relação às questões de gênero e direitos das mães; e 3) Estimular uma reflexão crítica sobre a maternidade e o papéis sociais das mães. Como percurso metodológico foi feito primeiramente a realização de pesquisas em livros, artigos acadêmicos e documentos oficiais relacionados ao currículo do Novo Ensino Médio e à abordagem da maternidade. E em seguida, uma análise de três coleções de livros didáticos (conexão mundo, prisma e ser protagonista) utilizados nas escolas de Belo Horizonte – Minas Gerais e de material apostilado promovido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) usados em Cuiabá – Mato Grosso, usando a análise discursiva para identificar como o tema da maternidade é tratado, considerando aspectos como tom, estilo e persuasão e também a análise comparativa entre as realidades distintas.

Portanto, quanto aos resultados compreendemos a inexistência do debate sobre a maternidade na cidade de Belo Horizonte – Minas Gerais. Os temas encontrados quando referidos ao gênero feminino incidem sobre a entrada da mulher no mercado de trabalho; desigualdades salariais; o trabalho feminino na esfera doméstica; as desigualdades sociais a partir da feminização do trabalho; o feminismo e o combate às desigualdades entre homens e mulheres. E em relação ao material didático de Mato Grosso – Cuiabá, os conteúdos vinculados às mulheres aparecerem os temas: movimentos feministas, instituições familiares, participação feminina na política e no mercado de trabalho, maternidade e carreira, direitos humanos das mulheres, igualdade de gênero, mulheres negras e indígenas.

Palavras-chave: Gênero, Maternidade, Novo Ensino Médio.

Referências

- BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BADINTER, E. *O conflito: a mulher e a mãe*. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- BIROLI, F. *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BITENCOURT, S. M. *Maternidade e carreira: reflexões de acadêmicas na fase do doutorado*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.
- CAMPOS, A. P.; PINHO, L. C. *Formação geral básica: ensino médio: sociologia: caderno 1: caderno do professor*. São Paulo: Somos Sistemas de Ensino, 2020.
- CAMPOS, A. P.; PINHO, L. C. *Formação geral básica: ensino médio: sociologia: caderno 5: caderno do professor*. São Paulo: Somos Sistemas de Ensino, 2020.
- CAMPOS, A. P.; PINHO, L. C. *Formação geral básica: ensino médio: sociologia: caderno 7: caderno do professor*. São Paulo: Somos Sistemas de Ensino, 2020.
- CARNEIRO, R. Cansaço e violência social: sobre o atual cotidiano materno. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 41, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/vt9MnYcTkfTwZbyFMGqrQdQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2024.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989. Disponível em: https://monoskop.org/images/3/39/Geertz_Clifford_A_interpretacao_das_culturas.pdf. Acesso em: [inserir data de acesso, se necessário].
- GOMES, L. et al. *Conexão mundo: ciências humanas e sociais aplicadas*. São Paulo: Editora do Brasil, 2020.
- RAMA, A. et al. *Prisma: ciências humanas: ensino médio*. São Paulo: FTD, 2020.
- SCAVONE, L. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 16, p. 137–150, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644543>. Acesso em: 23 ago. 2024.
- SOUZA, F. M.; VAZ, F. *Ser protagonista: ciências humanas e sociais aplicadas: ensino médio*. São Paulo: SM Educação, 2020.
- SOUZA, S. D. Representações de gênero na literatura evangélica. *Estudos de Religião*, v. 31, n. 3, p. 317–331, set./dez. 2017.

Contribuições Acadêmicas no Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional: Análise do Impacto da Temática de Gênero e Sexualidade na Formação Continuada de Professores

Maria Muniz Loureiro⁸

O presente trabalho tem como objetivo fazer um levantamento das contribuições acadêmicas desenvolvidas como requisito para titulação no Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio). Tais contribuições, em diferentes formatos, estão sendo tratadas com base no filtro da temática de gênero e sexualidade e suas implicações desenvolvidas em âmbito escolar. No entanto, para tal finalidade, é necessário entendermos como funciona o ProfSocio e seus diferentes formatos de produção pensados em um contexto de formação continuada de professores ativos na educação básica, bem como se justifica o levantamento do tema e produções específicas.

O ProfSocio é um programa de formação continuada para professores da disciplina de Sociologia que atuam na educação básica. O programa é financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com o intuito de compartilhar em rede nacional a produção de metodologias de ensino e de pesquisa nas Ciências Sociais e Educação (ProfSocio, 2019). Trata-se de um curso de nível *stricto sensu*, avaliação de conceito 4 da CAPES e oferecido gratuitamente. Além disso, possui 15 instituições associadas, visto ser um programa de âmbito nacional. Obteve sua aprovação no ano de 2016 e primeira turma em 2019.

As propostas de trabalho de conclusão de curso (TCC) seguem as normas para o Mestrado Profissional da CAPES. Neste programa, especificamente, é possível encontrar trabalhos em formato de dissertação, projetos de intervenção pedagógica e materiais didáticos ou instrucionais, sendo desenvolvidos a partir das linhas de pesquisa específicas do programa. Portanto, para viabilizar o presente trabalho, são levantadas as informações de 9 associadas entre os anos de 2018 e 2019, com dados disponíveis no site do ProfSocio, hospedada na Universidade Federal do Ceará (ProfSocio, 2019).

⁸ Professora de Sociologia da Educação Básica da SEE/MG e mestranda no Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

A obtenção dessas informações, pertinentes aos trabalhos de conclusão de curso do programa de pós-graduação, são fundamentais para analisar como as questões de gênero e sexualidade têm sido tratadas nas salas de aula em todo o país. Isso se deve ao fato de que esse tema, fundamental para o entendimento das estruturas de opressão, controle e desigualdade de gênero no Brasil, é frequentemente tratado pelo senso comum a partir de uma lente preconceituosa, onde, em contexto escolar, pode se manifestar em um constante cabo de guerra travado por uma direita conservadora. Em verdade, as abordagens adotadas pelos professores geralmente têm o intuito de disseminar informações a partir da contribuição científica, visando, sobretudo, o respeito às pessoas, à diversidade e à saúde.

O Brasil é o país que mais mata pessoas transgêneras no mundo em números absolutos, conforme a pesquisadora Marili Peres Junqueira ao apresentar os dados em um curto texto para o “Dicionário do Ensino de Sociologia”, que orienta a utilização da temática e suas justificativas pertinentes. Marili (2020), ainda aproveitou para enfatizar a importância da Sociologia, enquanto disciplina, na forma de aprofundar a discussão no ensino básico a partir das produções científicas existentes. Entretanto, ressalva que, em sua maioria, ainda seguem um padrão heteronormativo e de reprodução de relações de poder vigentes (Junqueira, 2020).

Pensar o Gênero e a Sexualidade de forma interseccional e fora de uma heteronormatividade, levando em consideração a reflexão sob os filtros de raça e classe, é o desafio no momento. A necessidade de adequação dos estudos e das metodologias para este fim são primordiais para o reconhecimento das pautas pelos estudantes, servindo como um meio fundamental de identificação. Não existe uma possibilidade de conscientização crítica das formas de desigualdade sem uma prática dialógica descrita por Paulo Freire, pois “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção [...]”. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (Freire, 1996, p. 12).

Tal discussão se encontra diretamente com o texto desenvolvido por Bernard Charlot (2024), intitulado “Aprender é Entrar no Mundo Humano e nele Produzir-se como sendo Humano (A Educação como Fundamento Antropológico)”, no qual o autor constroi a sua percepção a partir do indivíduo que precisa aprender, um processo

viável apenas por meio da humanização que só acontece por via da educação. Pensando a educação como um processo antropológico, Charlot (2024) a define como: “entender que se quisermos saber o que é ‘o humano’, não devemos nos interessar apenas pelo que um indivíduo é e pode se tornar [...] mas sim pelas características do *mundo* humano – dos mundos humanos que foram produzidos no decorrer da evolução e da história” (p. 05).

O interesse pelo mundo humano e sua longa aventura proposta pelo autor, ilustra a necessidade de revisitar alguns aspectos e temas, como o de gênero, para promover uma compreensão antropológica do mundo, estimulando, assim, a autonomia e reconhecimento por parte dos discentes.

Na dualidade entre o antigo e o novo, Charlot (2024), em outro texto denominado “A questão antropológica na Educação quando o tempo da barbárie está de volta”, dialoga sobre a pedagogia nova e a pedagogia tradicional. Na tensão entre o desejo e a norma atribuída a cada uma dessas abordagens, respectivamente, fica evidente a necessidade de satisfazer o desejo impulsionado pelo mercado, ao passo que a norma se materializa no sistema de notas, avaliações e concorrência (Charlot, 2019).

O autor expõe sua preocupação com o aspecto “transhumanista”, argumentando sobre o fim do *sapiens* dentro da perspectiva da evolução tecnológica, o que retoma a discussão acerca do espaço disponível à barbárie na ausência da educação: “O antônimo de barbárie é educação, com os valores de solidariedade e de dignidade que possibilitam a aventura humana, nas suas formas universais, culturais e singulares” (Charlot, 2019). As considerações descritas por Charlot corroboram o argumento principal do trabalho: a necessidade de desenvolver saídas pedagógicas contra-hegemônicas, buscando a produção da solidariedade e da dignidade.

A análise em busca das palavras-chave “gênero” e “sexualidade” nos trabalhos de conclusão de curso disponibilizadas no site do ProfSocio entre os anos de 2018 e 2019, apontou que quase 14% das produções acadêmicas contemplavam o filtro estipulado. Quer dizer, em um universo de 187 produções, 26 foram produzidas com ênfase no tratamento dos temas de gênero e sexualidade. Essa análise abrange diversos fatores a serem desenvolvidos futuramente, como as linhas de pesquisa, as modalidades de trabalho da amostra e as regiões do Brasil com maior incidência de

pesquisas na área. Além disso, a amostra deve ser ampliada tendo em vista as recentes produções de TCC publicadas e a expansão do programa de pós-graduação.

Os dados primários coletados no site do ProfSocio indicam uma produção ainda incipiente sobre a temática de gênero e sexualidade. Torna-se necessário realizar um estudo mais aprofundado e coletar novas informações das produções dos alunos egressos do programa. De modo geral, é preciso pensar em uma escola mais justa, assim como propõe Dubet (2004), em seu texto “O que é uma escola justa?”, refletindo assim sobre a oferta de trajetórias que contemplem as vivências dos estudantes, ponderando onde é preciso se identificar. Diversificar o ensino, abordar outras metodologias e textos são formas contundentes de combater desigualdades implícitas do ambiente escolar.

Palavras-chave: (Gênero, Sexualidade, Educação).

Referências

CHARLOT, B. Aprender é entrar no mundo humano e nele produzir-se como sendo humano: a educação como fundamento antropológico. *Revista Internacional Educon*, v. 5, n. 1, e24051001, jan./abr. 2024.

CHARLOT, B. A questão antropológica na educação quando o tempo da barbárie está de volta. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 35, n. 73, p. 161–180, jan./fev. 2019.

DUBET, F. O que é uma escola justa? *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 123, p. 539–555, 2004.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JUNQUEIRA, M. O ensino de Sociologia e o gênero e a sexualidade. In: BODART, C. N.; BRUNETTA, A. A.; CIGALES, M. P. (Org.). *Dicionário do ensino de Sociologia*. 1. ed. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020. p. 157.

PROFSOCIO. Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional. Universidade Federal do Ceará, 2018/2019. Trabalhos de Conclusão de Curso. Disponível em: <https://profsocio.ufc.br/pt/trabalhos-de-conclusao/>. Acesso em: 7 set. 2024.

Os clássicos na contemporaneidade: Durkheim e o debate sobre gênero e sexualidade no currículo escolar

Monick Anne da Silva Pimentel⁹

Caio dos Santos Tavares¹⁰

Esse trabalho tem em vista relacionar as teorias de Émile Durkheim com elementos da educação contemporânea. Émile Durkheim, conhecido como pai da Sociologia, consolidou a análise da sociedade como ciência por meio de métodos rigorosos, assim como as ciências da natureza. Para Durkheim (2007), a sociedade é formada por um conjunto de regras, costumes e hábitos interiorizados nos indivíduos, interferindo no seu pensar e agir. Observando essa dinâmica social, ele institui a sociologia como uma ciência, que estuda a sociedade, por meio de métodos, e tendo como objeto de estudo os fatos sociais, que são gerais, externos e coercitivos. A própria educação é um fato social, e na escola ocorre o reforço para as crianças obedecerem e se tornarem cidadãos disciplinados, transmitindo as regras sociais que visam a coesão social e evitando a anomia social (estado que a sociedade não pode regular o comportamento dos sujeitos). As percepções sociais, ideias e costumes, acabam sendo reproduzidas no âmbito escolar, e tornam-se em currículo e em assuntos a serem tratados na sala de aula, juntamente com a disciplina.

Conforme Silva *et. al* (2019), a educação moral, para Durkheim, deve ser laica, mas é importante ter a junção da moral racional, que se baseia na ciência e do racionalismo, e a moral religiosa, porém devemos observar suas realidades morais e utilizá-las, como o poder do professor na sala de aula. Mesmo que a educação seja laica devido ao contexto social, a moral religiosa auxilia na manutenção da ideia de centralidade, no caso do professor na sala de aula, e de definir o sagrado e profano na vida social, os comportamentos que são corretos e os que são considerados erráticos. Ademais, a educação que a escola transmite é baseada na ciência científica e suas áreas

⁹ Universidade Federal de Alagoas. Graduanda em Pedagogia e Mestra em Sociologia pela universidade (UAFL).

¹⁰ Secretaria de Estado de Educação de Ceará, Coordenador Regional do Projeto Professor Diretor de Turma, Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas.

de desenvolvimento, com as áreas de humanas. Essa educação racional possibilita o desenvolvimento da capacidade analítica e crítica do sujeito, dando-lhe autonomia.

A moral determina a conduta do sujeito, sendo sua função regulamentar os comportamentos dizendo com os indivíduos devem agir em cada situação, esperado a boa conduta. Existem três fatores essenciais para a moralidade: adesão aos grupos, autonomia e disciplina. A escola é o espaço onde as regras sociais são transmitidas e reforçadas, onde as crianças aprendem a obedecer, tornando-se cidadãos disciplinados. Essa disciplina se encontra em diversos aspectos da escola, desde o horário, a grade curricular, nas disposições das carteiras em sala de aula e na fila para o lanche.

Outro elemento da vivência escolar é o currículo, onde cada sociedade irá imprimir seus conceitos e ideias que julgam importantes a serem aprendidos. No Brasil, gênero e sexualidade são temas que ainda são tabus sociais, pois a moral religiosa propaga uma ideia de comportamento de casar com uma pessoa do sexo biológico oposto e com ela constituir uma família, garantindo assim a propagação da humanidade. A pluralidade de pensamentos auxilia na flexibilidade da moral, resultando que o ideal transmitido pela religião sobre gênero e sexualidade perca seu poder. E esse embate acaba influenciando sobre como e se esses temas devem ser trabalhados no ambiente escolar.

Consoante com Chagas e Souza (2022), foi em 2004, que o procurador do estado de São Paulo, Miguel Nagib, iniciou o Movimento Escola Sem Partido, movimento sem filiação política e partidária, composto por pais e alunos. Segundo o argumento de Nagib, os professores estariam na sala de aula transmitindo conceitos morais e políticos com a intenção de alienar o aluno. A intenção desse movimento é que o docente não transmita suas visões de mundo para os alunos. Entre elas o debate sobre gênero e sexualidade, que consoante ao movimento deveriam ser assuntos abordados no seio familiar. Porém, em 2016 esse assunto voltou a ser debatido devido a uma proposta de lei, que não foi aprovada. Mas com a aproximação das eleições presidenciais de 2018, o currículo escolar volta ser o centro dos debates sociais, pois um dos candidatos à presidência da república fala sobre um “kit gay” que seria distribuído nas escolas públicas. Esses “kits gays” seriam cartilhas distribuídas com a intenção de trabalhar a homofobia, ensinando os estudantes a respeitarem os outros e suas diferenças.

Durante os meados da década de 2010, a Base Nacional Comum Curricular foi elaborada e um campo de disputas acerca do tema, o documento teve 3 versões, a primeira versão foi disponibilizada em 16 de setembro de 2015, seguida de um debate sobre essa versão preliminar. A segunda versão foi entregue no dia 3 de maio de 2016, mas só no ano seguinte a terceira versão do documento foi aprovada no governo de

Michel Temer. E a sua homologação foi problematizada, pegou os especialistas de surpresa, pois na versão que foi aprovada, haviam sido retirados os temas gênero e sexualidade do documento, a pouco tempo antes de sua aprovação. Ou seja, durante todo o debate os termos estão inseridos e vistos como um debate importante para educação brasileira. E que também estavam presentes nas duas primeiras versões da Base Nacional Comum Curricular. Mas na versão aprovada os termos foram retirados e incluídos em “diferenças e diversidade”.

Segundo Silva (2020) um dos motivos da retirada desses temas foi um dos argumentos utilizados pela bancada religiosa, é que ao trabalhar esses temas as crianças iriam querer experimentar as orientações sexuais. Como se a orientação fosse uma escolha do sujeito, como se ele escolhesse a roupa que iria usar. Além de que, segundo os autores do argumento, o debate sobre gênero e sexualidade é dever da família que irá orientar e instruir de acordo com suas ideologias. A intenção deles é defender as famílias do “profano”, que ameaça a existência da família nuclear tradicional, formada por mãe, pai e filhos, garantindo a moral religiosa.

Em suma, a teoria Durkheimiana e sua aplicação acerca de gênero e sexualidade no currículo escolar, revela a complexidade da sociedade, as regras sociais são internalizadas nos sujeitos desde da primeira infância e iniciando o processo de moldar os seus comportamentos e pensamentos dos novos indivíduos sociais. A escola é uma das instituições sociais com grande relevância para a transmissão de normas sociais e a formação dos cidadãos.

Contudo, para a manutenção do poder e o controle das regras sociais, o currículo torna-se um campo de disputas, entre o que deve ou não ser passado para os alunos. Interferindo no sistema educacional, deve-se considerar que debater sobre gênero e sexualidade são temas importantes tanto para o autoconhecimento, autonomia e respeito aos outros, podendo contribuir, assim, para a coesão social.

Palavras-chave: Émile Durkheim, educação, currículo, gênero e sexualidade.

Referências

- ABDO, G. S.; HIDAKA, R. K. A noção de gênero nos livros didáticos de Sociologia para o Ensino Médio. *Interfaces Científicas*, Aracaju, v. 8, n. 2, p. 161–174, 2020.
- AGUIAR, M. A. B.; GONÇALVES, J. P. Conhecendo a perspectiva pós-estruturalista: breve percurso de sua história e propostas. *Conhecimento Online*, Novo Hamburgo, jan./jun. 2017.
- ALEXANDRE, J. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (Org.). *Teoria social hoje*. São Paulo: UNESP, 1996.
- BODART, C. N.; PIRES, W. Compreensão do processo de institucionalização da Sociologia escolar a partir de manuais escolares: um percurso metodológico em manualística. *Em Aberto*, Brasília, v. 34, n. 111, p. 113–130, maio/ago. 2021.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Ministério da Educação, 2015. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico/>. Acesso em: 3 set. 2022.
- CASTRO, C. S. O gênero como conteúdo escolar da Sociologia: uma análise dos livros didáticos de Sociologia no PNLD 2018. *Revista Perspectiva Sociológica*, n. 24, 2º sem., p. 33–50, 2019.
- CHAGAS, I.; SOUZA, I. Escola sem partido: entenda a polêmica. Disponível em: https://www.politize.com.br/escola-sem-partido-entenda-a-polemica/?https://www.politize.com.br/&gclid=CjwKCAjwvNaYBhA3EiwACgndguGrh6H8OvsMpR6IMzQNgTtzyOgy7sw4NgxEu_UP99dm6cjtCPjSKRoCBWlQAvD_BwE. Acesso em: 2 set. 2022.
- DURKHEIM, É. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- LIMOEIRO, B. C. Gênero e sexualidade como temas da Sociologia escolar: uma comparação entre livros didáticos (PNLD 2012 e 2015). *Revista Perspectiva Sociológica*, 2017.
- NUNES, M. O.; CHAGAS, G. R. Gênero e diversidade sexual em foco: avaliação dos livros didáticos de Sociologia. *Revista Urutagua – Revista Acadêmica Multidisciplinar*, Universidade Estadual de Maringá (UEM), n. 35, dez.–mai. 2016. ISSN 1519-6178.
- SILVA, D. M. Gênero e orientação sexual na Base Nacional Comum Curricular. *Anais Educon*, São Cristóvão/SE, v. 14, n. 5, p. 1–17, set. 2020.
- SILVA, E. P.; SILVA, L. C. F.; MONTOYA, A. O. D. A educação moral: de Durkheim à Piaget. *Luminária*, v. 16, n. 2, 2014.
- VARES, S. F. Émile Durkheim e a educação moral: a formação do cidadão republicano. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais – RBHCS*, v. 11, n. 21, jan./jun. 2019.

A trilha da intolerância: a nova direita e o véu sobre as discussões de gênero e sexualidade em Juiz de Fora

Natália Aimar Ferreira¹¹

Cristiane Carvalho Nunes de Souza¹²

O Brasil experimentou, nos últimos nove anos, uma crescente onda neoconservadora. Chamado de “nova direita”, esse movimento é percebido não somente no Brasil, mas em outros países também. É um movimento com diferentes frentes e subgrupos, que defende posições fora do campo democrático e, no caso brasileiro, teve seu ápice com a eleição de Jair Messias Bolsonaro, representante da extrema-direita e conhecido pela defesa de valores antidemocráticos (Solano, 2018; Chaloub *et al*, 2018; Miguel, 2018). Tal como em outras áreas, esse movimento se infiltrou na educação brasileira para impor sobre ela censura a determinados temas, disfarçada de liberdade, crença e princípios.

Um tema em questão sofreu maior perseguição na educação: as discussões de gênero e sexualidade. Movimentos como o Escola Sem Partido denunciavam uma suposta doutrinação em curso que visava converter meninos em meninas e impor sexualidades dissidentes. Denominada “ideologia de gênero”, a suposta doutrinação foi eleita como principal problema da educação brasileira, instaurando o pânico moral na população. Nesse contexto, políticos de direita emergiram com a solução: projetos de lei que visavam proibir a tal da ideologia de gênero, seja nos currículos, nos planos municipais de educação, nas atividades extra classe, etc. Os projetos se espalharam por várias cidades do país, como Rio de Janeiro, cidade na qual até mesmo “gênero alimentício” foi banido das metas do plano municipal de educação (Silva, 2018).

Em Juiz de Fora, o alarde em torno da suposta ideologia de gênero se demonstrou, primeiro, no Plano Municipal de Políticas para Mulheres (PL n.º 4159/2015), que mencionava o termo em diversas ocasiões e utilizava expressões como “fim da desigualdade de gênero”. No ano seguinte, dois projetos de lei de

¹¹ Professora designada de sociologia da Secretária Estadual de Educação de Minas Gerais. Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

¹² Professora designada de português da Secretária Estadual de Educação de Minas Gerais. Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

inspiração nacional chegaram a Juiz de Fora: o Escola Sem Partido (PL n.º 121/2016) e o Infância Sem Pornografia (PL n.º 160/2018). O primeiro buscava um suposto ensino neutro no qual não haveria doutrinação política, ideológica e sexual por parte dos professores. O segundo, foi o mais polêmico: previa punição financeira para funcionários públicos que levassem pornográficas para crianças. Um projeto, no mínimo, inócuo, já que já existiam legislações que previam tal proibição. Ambos os projetos reforçavam a desconfiança em relação aos professores, retratados como responsáveis pela disseminação da chamada "ideologia de gênero".

Nesse cenário de crescente intolerância e controle ideológico, o Plano Municipal de Educação (PL n.º 4269/2017) foi elaborado pelos docentes de Juiz de Fora com cautela extrema, já que qualquer menção à palavra "gênero" poderia desencadear uma nova onda de perseguição por parte da Câmara Municipal, dificultando a aprovação do plano. Os professores, plenamente conscientes do momento político e da pressão exercida pelos nobres edis — que se dedicavam a uma caça implacável e irracional contra o que chamavam de "ideologia de gênero" —, optaram por omitir completamente o termo do documento.

No entanto, ao tentar neutralizar o debate, os educadores não abandonaram completamente a discussão sobre gênero e sexualidade. Em vez disso, buscaram uma solução conciliatória: condensaram esses temas sob o termo mais genérico e aparentemente inofensivo "diversidade". Era uma tentativa de suavizar as tensões e desviar a atenção dos ferozes detratores, que viam qualquer referência a gênero como uma afronta aos seus valores conservadores.

Infelizmente, essa medida não foi suficiente para aplacar os ânimos. Para alguns vereadores, a palavra "diversidade" ainda carregava o espectro da tão temida "ideologia de gênero". Como autoproclamados guardiões da moral e dos bons costumes, esses legisladores encontraram, na simples menção ao conceito de diversidade, um pretexto para reafirmar suas posturas rígidas e conservadoras. Movidos por um zelo quase inquisitorial, insistiram que o plano fosse aprovado com uma emenda restritiva, limitando o conceito de "diversidade" exclusivamente às áreas de Educação Inclusiva e Especial (Juiz de Fora, 2016). Assim, qualquer tentativa de abordar questões de gênero ou sexualidade dentro do sistema educacional foi

severamente limitada, consolidando o retrocesso e colocando o plano como um reflexo das pressões políticas e ideológicas vigentes na época.

Na mesma cidade, o Colégio de Aplicação João XXIII tornou-se alvo de críticas ao promover uma apresentação com uma drag queen no Dia das Crianças. Para a nova direita, esse evento representava mais uma evidência da suposta "ideologia de gênero" que eles tanto denunciavam. A situação se agravou quando o vídeo da performance de Femminino, a drag queen em questão, foi amplamente divulgado pelo então deputado Jair Messias Bolsonaro, acendendo o pavio de uma polêmica que mobilizou a Câmara Municipal nos dias seguintes. Grupos conservadores lotaram o plenário, exigindo providências enérgicas, e o resultado foi a proposta de três moções de repúdio contra a escola.

Neste conturbado período, a Câmara Municipal de Juiz de Fora sofreu diversas influências externas ao campo político, especialmente de setores religiosos e de movimentos de direita, como o Direita JF e o Direita Minas. Irônica e alarmantemente, estes foram debates realizadas dentro do campo político, fortemente moldados por interesses religiosos, cujas pautas moralistas tinham como principal alvo influenciar o campo educacional.

Alguns vereadores aproveitaram a oportunidade para alavancar suas carreiras políticas com base no discurso inflamado contra a "ideologia de gênero", utilizando-o como um instrumento eficaz de manipulação popular. A perseguição ao tema não era, de fato, uma preocupação legítima com os rumos da educação, mas uma ferramenta estratégica para mobilizar eleitores e obter capital político.

O caso de Jair Bolsonaro é emblemático nesse sentido. O então deputado, que viria a se eleger presidente, soube utilizar habilmente o pânico moral em torno da "ideologia de gênero" para ganhar visibilidade e conquistar o apoio de uma parcela significativa do eleitorado conservador. Esse discurso não foi isolado, mas combinado com outras pautas igualmente oportunistas, como a defesa da reabertura precipitada das escolas durante a pandemia de COVID-19. Assim, questões de saúde pública e educação foram politizadas e exploradas sem qualquer compromisso com a verdade ou o bem-estar coletivo, mas com o claro objetivo de angariar votos e sustentar ambições políticas.

A "ideologia de gênero", portanto, foi transformada em uma arma retórica, utilizada ciclicamente para desviar a atenção de problemas mais urgentes e complexos, sempre com a intenção de polarizar o debate e manipular o eleitorado.

Palavras-chave: Ideologia de gênero; gênero; escola em partido

Referências

CHALOUB, J.; LIMA, P.; PERLATTO, F. Apresentação: Direitas no Brasil contemporâneo. *Teoria e Cultura*, v. 13, n. 2, 2018.

JUIZ DE FORA. *Projeto de Lei n.º 121, de 04 de julho de 2016*. Dispõe sobre a Instituição, no âmbito do sistema municipal de ensino, o "Programa Escola Sem Partido". Juiz de Fora: Câmara Municipal, 2016. Disponível em:

<https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/proposicao.php?num=57039>. Acesso em: 2 maio 2021.

JUIZ DE FORA. *Projeto de Lei n.º 160, de 18 de outubro de 2016*. Dispõe sobre o respeito dos serviços públicos municipais à dignidade especial de crianças e adolescentes, pessoas em desenvolvimento e em condição de especial fragilidade psicológica, com a denominação "Infância sem Pornografia" no âmbito do Município de Juiz de Fora e dá outras providências. Juiz de Fora: Câmara Municipal, 2016. Disponível em:

<https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/proposicao.php?num=57726>. Acesso em: 2 maio 2021.

JUIZ DE FORA. *Projeto de Lei n.º 4159, de 25 de março de 2015*. Institui o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Câmara Municipal, 2015. Disponível em: <https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/proposicao.php?num=52041>. Acesso em: 2 maio 2021.

JUIZ DE FORA. *Projeto de Lei n.º 4269, de 11 de novembro de 2016*. Aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências. Juiz de Fora: Câmara Municipal, 2016. Disponível em: <https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/proposicao.php?num=57869>. Acesso em: 2 maio 2021.

MIGUEL, L. A reemergência da direita brasileira. In: SOLANO, E. (org.). *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17-26.

SILVA, F. O Plano Municipal de Educação do RJ e a interdição dos debates sobre igualdade de gênero. *Observatório da Laicidade na Educação – OLE*, 22 maio 2018. Disponível em: <http://ole.uff.br/o-plano-municipal-de-educacao-do-rj-e-a-interdicao-dos-debates-sobre-igualdade-de-genero/>. Acesso em: 10 set. 2024.

SOLANO, E. (org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

Educação Sexual e o Ensino de Sociologia: aproximações Possíveis

Natália Aimar Ferreira¹³

Cristiane Carvalho Nunes de Souza²

O presente texto visa fazer algumas aproximações entre o campo da Educação Sexual e o Ensino de Sociologia no que tange a gênero e sexualidade. Diante da perseguição à classe docente que o Brasil viveu desde os anos de 2016, um tema em questão sofreu maior perseguição: as discussões de gênero e sexualidade. Movimentos como o Escola Sem Partido denunciavam uma suposta doutrinação em curso que visava converter meninos em meninas e impor sexualidades dissidentes. Denominada “ideologia de gênero”, a suposta doutrinação foi eleita como principal problema da educação brasileira, instaurando o pânico moral na população.

Porém, diferente do que tal movimento supunha na época, na verdade, os temas como gênero e sexualidade não eram novidades ou parte de um plano recente de doutrinação; eles estavam contidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais, através dos Temas Transversais. Lançado em 1996, o tema transversal “Orientação Sexual” foi fruto de uma construção anterior, discussões essas que remontam os anos anteriores à ditadura civil militar brasileira.

Após inúmeras tentativas de implantação em prefeituras, de debates sobre a responsabilidade na abordagem do tema, o Tema Transversal “Orientação Sexual” representa o grande marco dessas discussões. O documento foi chamado de orientação sexual por tentar se diferenciar do que era feito informalmente pelas famílias, a “educação sexual”, mas com o tempo o termo foi associado a questões relativas à sexualidade (Bosco, 2016). O documento previa que a escola deveria complementar a educação sexual fornecida pela família, e deveria ser trabalhado pelas diferentes disciplinas de forma transversal.

¹³ Professora designada de sociologia da Secretária Estadual de Educação de Minas Gerais. Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora. ²

Professora designada de português da Secretária Estadual de Educação de Minas Gerais. Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Ainda, o documento se organizava em três eixos: (1) Corpo: Matriz da Sexualidade, que trata da compreensão do corpo humano, suas transformações, anatomia e funcionamento, indo além da biologia e incluindo as dimensões emocionais, psicológicas e sociais; (2) Relações de Gênero, que explorava a construção social das identidades de gênero (masculino e feminino), combatendo estereótipos e discriminações relacionadas ao gênero, objetivando a promoção da equidade entre homens e mulheres e o respeito as variadas expressões de gênero; e (3) Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs¹⁴) e AIDS, que focava em fornecer informações corretas sobre as DSTs, principalmente AIDS, e as formas de prevenção, promovendo práticas de sexo seguro (Brasil, 1996).

Como a abordagem do tema transversal não era obrigatória e dependia do critério do professor, poucas ações concretas foram observadas na área. Furllaneto e colaboradoras (2018) fizeram uma análise de produções acadêmicas sobre o tema (em sua maioria relatos de experiência) e perceberam que as ações realizadas na área de Educação Sexual tinham uma perspectiva mais médica, visando evitar doenças, e não uma perspectiva que também abordasse aspectos históricos e sociais, como era proposto pelo tema transversal. Além disso, as autoras identificaram que as ações de educação sexual eram predominantemente esporádicas e realizadas por profissionais externos à escola, como estudantes de medicina, psicologia e enfermagem, sem continuidade no processo. Constatou-se também a ausência de capacitação e orientação adequadas para os professores. (Furllaneto *et al*, 2018).

Dos três eixos do tema transversal “Orientação Sexual”, é possível identificar correlação com os currículos de sociologia especialmente no segundo eixo, “Relações de gênero”, que se propõe a discutir gênero como uma construção social, de modo que estereótipos sejam combatidos e haja uma equidade de gênero. Estudar gênero dentro da Educação Sexual é essencial, porque, como afirma Cham Cham e Jayme (2016), nos contextos em que há menor autonomia da mulher, há maior espaço para mais violência, que pode ser exposto, por exemplo, na recusa por parte dos parceiros

¹⁴ Termo que caiu em desuso. O termo adequado atualmente é “Infecções sexualmente transmissíveis” (ISTs).

em usar preservativo. Relações menos igualitárias impedem que as mulheres exerçam sua sexualidade de forma segura e autônoma.

Para Bourdieu (1999), as relações de gênero, expressas na dominação masculina, são uma forma de violência simbólica. Ao afirmar isso, ele não minimiza ou exclui a existência da violência física contra mulheres. Na verdade, a violência simbólica diz respeito aos símbolos e as interpretações sobre os corpos e sobre os papéis a serem cumpridos que diferenciam homens e mulheres e são tidos como naturais, quando, na verdade, são frutos de uma construção social. É uma forma de violência “doce, quase sempre invisível” (Bourdieu, 1999, p.47), mas que se perpetua nas mais íntimas instâncias da vida, moldando as formas de se portar e, até mesmo, as expectativas para o futuro.

O simbólico aqui não faz oposição ao que é real, como se esse tipo de violência não tivesse efeitos e consequências práticas na realidade. Na verdade, são esses símbolos que perpetuam a dominação dos homens sobre as mulheres, mesmo com todos os avanços recentes consequentes das lutas feministas. É pela naturalização desses elementos socioculturais que, por mais que a violência contra mulheres seja criminalizada e não existam mais leis segregacionistas, não apenas as mulheres ainda ocupam posições piores que as dos homens na sociedade, como também são vitimadas por uma violência física ampliada e reiterada.

Essas discussões sobre a importância da desnaturalização dos papéis de gênero não somente fazem parte da formação das licenciaturas de Sociologia, como também estão nos currículos da disciplina de sociologia no ensino médio. Por exemplo, no estado de Minas Gerais, sexualidade e gênero são conceitos centrais no plano de curso vigente de sociologia do primeiro e terceiro ano do ensino médio.

No primeiro ano, gênero e sexualidade são abordados no segundo bimestre dentro do conteúdo de “Marcadores sociais”. Além disso, gênero é tratado no quarto bimestre sob o tema “Gênero como construção social”. As orientações pedagógicas para esse tema visam que o estudante desenvolva a capacidade de ler e analisar textos sobre a construção social do gênero, reconhecendo como identidade e papéis de gênero refletem projeções sociais sobre corpos biológicos e suas variações culturais (Minas Gerais, 2024).

No terceiro ano, gênero e sexualidade são abordados no quarto bimestre, com ênfase nas suas inter-relações e interseccionalidades. Analisa-se o papel das instituições e dos mecanismos simbólicos e discursivos na atribuição de comportamentos relacionados à classe, raça, gênero, sexo, sexualidade e questões geracionais. O conteúdo também examina a transformação das categorias sociais, como raça/cor, família, religião e gênero, ao longo do tempo e do espaço (Minas Gerais, 2024).

Nesse sentido, o plano de curso de Sociologia do Estado de Minas Gerais cobre, pelo menos, um dos três eixos temáticos do Tema Transversal “Orientação Sexual”. Apesar da extinção do documento com a nova Base Nacional Comum Curricular, ele ainda representa um marco da responsabilidade escolar em abordar a Educação Sexual.

Embora a Sociologia, por si só, possa não abranger todos os aspectos da Educação Sexual, ela oferece uma base crítica e cultural para a discussão. Dessa forma, a Educação Sexual deve ser vista não apenas como um discurso médico focado na prevenção de doenças, mas como uma ação educacional integrada e abordada por diversas disciplinas escolares.

Palavras-chave: Educação Sexual, Ensino de Sociologia; Gênero; Sexualidade

Referências

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental – Orientação sexual*. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

BOSCO, L. *Educação sexual e formação continuada de professores e professoras na rede municipal de ensino de Florianópolis/SC*. 2019. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

CHACHAM, A.; JAYME, J. Violência de gênero, desigualdade social e sexualidade. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 16, n. 1, 2016.

FURLANETTO, M. et al. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. *Cadernos de Pesquisa*, v. 48, n. 168, p. 550-571, 2018.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Educação. *Plano de Curso: ensino médio*. Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/index.php/plano-de-cursos-crmg>. Acesso em: 19 set. 2024.

Gênero e Sexualidade - Abordagens pedagógicas na escola penitenciária

Elazir Cristina Silva da Veiga¹⁵

Ravenna Ferreira Gonçalves¹⁶

O presente trabalho tem como objetivo analisar as possibilidades e abordagens didáticas para se trabalhar temáticas de gênero e sexualidade no ensino de sociologia por meio do relato de experiência no Programa de Iniciação à Docência (PIBID) realizado no anexo feminino da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Penitenciária José Edson Cavaliere - 326801(PJEC), pensando os métodos, recursos e bibliografias utilizados para o desenvolvimento e conclusão do projeto. Então, conceber junto as alunas o pensamento analítico de uma prática de ensino feminista (hooks) no contexto formativo crítico.

O PIBID-UFJF foi um projeto interdisciplinar entre os cursos de Ciências Sociais e História, organizado para o desenvolvimento de três eixos ao longo de um ano e seis meses de projeto, com objetivo na realização de um produto ao final de cada eixo, sendo eles: Eixo I - Projeto de Vida, Eixo II - Projetos Integradores e, o que aqui será abordado, Eixo III - Gênero e Sexualidade nas escolas. Para se trabalhar com o cárcere feminino foi necessário compreender o contexto histórico, social e cultural da sociedade por uma perspectiva feminista, considerando que a sociedade ocidental foi estruturada com base no patriarcado, de modo em que a sociedade é organizada por um sistema social que tem suas estruturas, instituições e relações que beneficiam os homens em uma hierarquia de subordinação e poder, acima das mulheres, sobretudo, homens brancos, cisgêneros e heterossexuais, esse sistema garante à população masculina um domínio no exercício do poder.

Destaca-se o fato de que na PJEC, entre as 307 IPLs (Indivíduo Privado de Liberdade) apenas uma estava no cadastro para receber visita íntima e o sentimento de abandono era compartilhado entre as alunas do projeto. O tema “Afetos Possíveis” foi escolhido como norteador para o trabalho a fim de explorar a dinâmica dos afetos

¹⁵ Universidade Federal de Juiz de Fora.

¹⁶ Universidade Federal de Juiz de Fora.

dentro do cárcere e as complexidades dessas relações afetivas, considerando que há o abandono massivo das mulheres encarceradas

Uma particularidade do encarceramento feminino é o abandono da mulher presa por seus familiares, apontando que a maioria delas (60%) não recebe nenhum tipo de visita. Ao tratar-se das visitas íntimas, afirma-se que, na maioria das vezes, as presas que mantinham relações conjugais com seus parceiros anteriormente à prisão raramente recebiam visitas deles (Becker, A., Spessote, D. V., V. da Silva Sardinha, L., de Matos Santos, L. G. Chaves, N. N. Bicalho, P. P. G. 2016, p. 149).

Dessa forma as aulas foram planejadas pensando inicialmente como a desigualdade de gênero afeta os indivíduos em cárcere, priorizando a demanda de questionamentos que as alunas apresentavam e do entendimento delas sobre o impacto das categorias gênero e sexualidade em suas vidas, de forma a respeitar a especificidade da vida no cárcere, suas limitações e possibilidades, sendo organizadas através da apresentação dos conceitos de gênero, sexualidade, identidade de gênero e construção social, para elucidar o tema. Após o período introdutório foi possível aprofundar em tópicos como o papel da mulher na sociedade, a família, maternidade, desigualdade de gênero, afetividade entre outros âmbitos que fossem próximos à realidade vivenciadas por elas.

As aulas foram definidas inicialmente com a preparatória, que foi feito para instigar as alunas a levantar o que elas conheciam sobre o tema a ser trabalhado possibilitando um diagnóstico sobre o que era comum e estranho para elas, a partir disso foi organizado uma breve apresentação dos conceitos bases de gênero e sexualidade e então as aulas seguintes foram elaboradas para tornar o estranho em familiar. Seguimos construindo o conhecimento sobre desigualdade de gênero e seu impacto e importância para a organização social de modo geral e afunilando para teorizar sobre o impacto que essa desigualdade, criada, gera em suas vidas.

Priorizando também as demandas que surgiam delas, sobre orientação sexual e buscando associá-los ao cotidiano, dentro das limitações apresentadas, uma vez que era uma turma multisseriada, alguns conceitos foram apresentados mas não aprofundados, sendo produzido materiais adaptados ao grau de conhecimento para que fosse viabilizado a participação de todas e todos. Então, conceitos como dominação em Weber (1971) e parentesco em Lévi-Strauss (1982), foram abordados utilizando contextos visuais, como uso de slides, atividades manuais e trabalho com

produção audiovisual para facilitar a compreensão do conteúdo onde foi possível realizar a consolidação da aprendizagem.

Orientadas sob a perspectiva de sala de aula e professor que bell hooks (2013) nos convoca em seu livro “Ensinando a Transgredir - A educação como uma Prática para a Liberdade” em que trabalha o conceito de transgressão como um tipo de atravessamento para a transformação da prática pedagógica e visando na “pedagogia engajada” caminhos para a liberdade, diálogo e empoderamento dos estudantes “os professores devem ter o compromisso ativo com um processo de autoatualização que promova seu próprio bem estar. só assim poderão ensinar de modo a fortalecer e capacitar os alunos” (hooks, 2013). Assim usamos do engajamento das alunas para aproveitar de seus relatos, dúvidas e vivências para a construção das aulas.

“Quando a educação é a prática da liberdade, os alunos não são os únicos chamados a partilhar, a confessar. A pedagogia engajada não busca simplesmente fortalecer e capacitar os alunos. Toda sala de aula em que for aplicado um modelo holístico de aprendizado será também um local de crescimento para o professor, que será fortalecido e capacitado por esse processo” (hooks, 2013. p. 35)

É possível apontar os conceitos de orientação sexual e identidade de gênero como dois dos principais temas tratados nas aulas, uma vez que rotineiramente surgiam questionamentos nas aulas expositivas sobre se entender ou se enquadrar em alguma identidade de gênero ou compreender sua orientação sexual, algumas alunas relataram que, enquanto presas, se relacionam com mulheres mas em liberdade seguem suas vidas com seus maridos ou companheiros. Os conceitos de cisgeneridade e transexualidade foram trabalhados a partir das experiências amorosas e de suas experiências e vivências no cotidiano prisional com personalidades que elas classificam, enquanto um processo analítico de aprendizagem que pode ser observado na construção de sentidos das categorias de *dentro*, como “bofinho”, para identificar, o que a partir dos estudos de gênero e pela consolidação do movimento LGBTQIAPN+, entendemos enquanto homens trans.

Embora elas compreendessem o processo de transição e identificação, elaboraram seus próprios conceitos que circulam bem entre elas, partindo dessas classificações que eram postas de modo confuso quanto ao uso dos pronomes, mesmo que houvesse pronta retificação realizado no processo da fala e elaboração da dúvida, intensificamos o processo de aprendizagem não somente pelo meio abstrato, com a

explicação dos conceitos e aulas teóricas como também na transposição do conteúdo em diversas fontes, utilizando como recurso didático a série “Manhãs de Setembro” através de um episódio que aborda questões tensionadas acerca da compreensão do que é paternidade e maternidade, papéis de gênero e a figura da mãe-pai vivido pela personagem “Vanusa”, mulher trans que descobre ter um filho anos depois de seu processo de transição. Após a exibição do episódio foi feito um momento de assimilação do conteúdo visto até o momento, como orientação sexual, papéis de gênero e construção da família, a atividade pode evidenciar uma significativa mudança ao serem questionadas sobre os personagens e pronta nomeação correta e até mesmo a transposição do conteúdo da série para o dia a dia delas.

Então, pensar na escola como parte importante e crucial de desenvolvimento da cidadania dos jovens, embora no contexto em questão, além de tardio por se tratar do contexto EJA e as limitações físicas da escola-prisão, traz à tona as fissuras sociais, principalmente no objeto em questão, caracterizado por, majoritariamente, alunas de baixa renda onde somente entram em contato com o campo teórico-social acerca da educação sexual tardiamente.

Referências

BECKER, A. *et al.* O cárcere e o abandono: prisão, penalização e relações de gênero. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 2016.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

LÉVI-STRAUSS, C. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1982.

MANHÃS DE SETEMBRO. Direção: Luís Pinheiro; Dainara Toffoli. São Paulo: Amazon Prime Video, 2021. Disponível em: https://www.primevideo.com/dp/amzn1.dv.qti.01c495d8-4873-488b-a880-69bfe413949c?autoplay=0&ref=atv_cf_strg_wb. Acesso em: 21 jul. 2025.

WEBER, M. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

A Juventude LGBTQIAPN+ e o Ensino de Sociologia: Uma reflexão a partir de uma experiência escolar em Maceió

Sofia Morato Xavier Motta¹⁷

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo traçar uma reflexão à luz da Sociologia das Juventudes acerca da minha experiência enquanto docente em uma escola estadual no bairro Jacintinho, localizado na cidade de Maceió. Em 2023, trabalhei como professora de Sociologia da 1ª e 2ª série, lecionando uma disciplina Eletiva nomeada “Juventudes, Identidades e Sociedade”. Nesse período, me encontrei imersa no cotidiano escolar de parte desses estudantes, que era marcado por uma tensão entre as práticas disciplinadoras da escola e as experiências juvenis de sujeitos que compartilham identidades de gênero e sexualidades vistas como dissidentes.

A relação entre os sujeitos queer e a escola têm sido bastante explorada no campo dos estudos de gênero e sexualidades (Junqueira, 2007; Bento, 2011; LOURO, 2000). Partimos do princípio de que ações de controle e vigilância sobre os corpos dos estudantes LGBTQIAPN+ são colocados no cotidiano escolar através da Pedagogia do Armário, um “conjunto de práticas, relações de poder, classificações, construções de saberes, sujeitos e diferenças, que o currículo constrói sobre a égide das normas de gêneros e da matriz heterossexual” (Junqueira, 2013, p. 481).

A educação brasileira tem avançado no discurso sobre gênero e sexualidades, ainda que as diretrizes para a educação tratem da temática alternando entre avanços e retrocessos, em razão de questões políticas e ideológicas dos governos vigentes (Silva *et al.*, 2023). No entanto, a Base Nacional Comum Curricular (2019), documento que é referência obrigatória para a construção do currículo da Educação Básica brasileira, não menciona de forma direta as questões de gênero e sexualidades, que não são colocadas nas chamadas “competências e habilidades” que devem ser desenvolvidas no ensino Fundamental e Médio.

Nesse sentido, partimos da hipótese de que o fato dessa discussão não ser acionada pelas instâncias normativas acaba por naturalizar a reprodução de

¹⁷ Professora de Sociologia na Secretaria de Estado de Educação de Alagoas (SEDUC), Mestranda no Programa de Pós Graduação em Sociologia na Universidade Federal de Alagoas (PPGS/UFAL), Bolsista FAPEAL, e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

discriminações com estudantes identificados como dissidentes das normas de gênero e de sexualidades no cotidiano escolar.

Entretanto, articular os estudos de gênero, as juventudes e a escola implicam também compreender que as instituições escolares não se configuram enquanto espaços isentos de transformações sociais, ela é, na verdade, constantemente reinventada na prática escolar pelos sujeitos da ação educativa: os docentes e os jovens-adultos educandos (Arroyo, 2014).

Assim, a partir da análise da minha experiência de lecionar questões relacionadas aos estudos de gênero e sexualidades em uma disciplina Eletiva para estudantes do Ensino Médio, pretendo refletir como o Ensino de Sociologia pode tensionar as relações sociais entre os sujeitos LGBTQIAPN+ e o espaço escolar.

Metodologia

As reflexões propostas neste trabalho são fruto da análise de uma experiência educacional com estudantes do Ensino Médio de uma escola da Rede Estadual de Alagoas, localizada em Maceió, em que atuei como docente nos anos de 2022 e 2023. Durante esse tempo, tive uma experiência muito singular no que tange às relações de gênero e sexualidades no espaço escolar.

Primeiramente, isso se fez possível em razão do lugar que meu corpo ocupava entre os docentes da escola, uma vez que partilho com os estudantes uma performance de gênero lida como *dissidente*. O fato de que sou uma mulher lésbica, identificada pelos meus próprios estudantes enquanto parte da comunidade LGBTQIAPN+, me proporcionou uma aproximação quase que imediata com eles.

Essa relação foi ainda mais acentuada quando no ano de 2023 ministrei uma disciplina Eletiva chamada de “Juventude, Identidade e Sociedade”. O Programa Alagoano de Ensino Integral (pAlei), alinhado com a perspectiva do Novo Ensino

Médio, oferta uma série de disciplinas que fazem parte do chamado “Itinerários Formativos”, dentre elas, está a “Oferta Eletiva”.

A Oferta Eletiva emerge para garantir a inclusão de temáticas que atendam aos interesses dos estudantes, ultrapassando o limite dos conteúdos já institucionalizados nos componentes curriculares. Além disso, ela surge também como uma estratégia

de garantia do protagonismo juvenil, uma vez que os estudantes têm a possibilidade de escolher a disciplina que desejam cursar (Alagoas, 2018).

Logo, no início do ano letivo, apresentei aos alunos o programa da disciplina. Na apresentação, afirmei que o objetivo da matéria era de refletir acerca dos elementos que constituem as identidades das juventudes alagoanas, relacionando-as aos marcadores sociais da diferença - raça, classe, gênero e sexualidades. maioria se identificavam como LGBTQIAPN+, fato que nos levou a discutir com maior intensidade as temáticas relacionadas à esse campo.

Reflexão Teórica

Ao adentrar os muros das escolas, os jovens LGBTQIAPN+ trazem consigo um conjunto de experiências sociais vivenciadas por eles: novas configurações relacionadas ao afeto romântico, expressões, elementos estéticos, referências culturais que, ao passo que os distinguem dos demais adolescentes, também os aproxima diante das possibilidades e limites de construção de suas condições juvenis. Como afirma Guacira Lopes Louro (1997):

“As questões referentes à [gênero e] sexualidade estão, queira-se ou não, na escola. Elas fazem parte das conversas dos/as estudantes, elas estão nos grafites dos banheiros, nas piadas e brincadeiras, nas aproximações afetivas, nos namoros; e não apenas aí, elas estão também de fato nas salas de aula [...]” (LOURO, 1997, p. 42)

Nesse sentido, o Ensino de Sociologia ocupa um lugar de tensionar a Pedagogia do Armário (Junqueira, 2017), que tem como objetivo a reprodução da chamada “matriz de normas de gêneros coerentes” (Butler, 2018). Butler utiliza esse conceito para designar o discurso hegemônico da inteligibilidade do gênero, que pressupõe uma linearidade entre os corpos, gêneros e desejos, gerando assim “identidades coerentes” (Butler, 2018, p. 35). Ou seja, o gênero deve decorrer do sexo biológico e as “práticas de desejo” devem decorrer do “sexo” e do “gênero”.

Logo, a Sociologia escolar tem a potencialidade de acionar a discussão sobre gênero e sexualidades por esta ser uma temática que compõe o currículo da disciplina, sendo inclusive notável a incorporação de questões desse campo nos livros didáticos de Sociologia (Barbosa, 2019).

Articular os estudos de gênero com a Sociologia das Juventudes em uma disciplina que foi escolhida e construída em parceria com os estudantes revelou a

potencialidade desse diálogo. Ao longo das aulas, foi possível aprofundar na perspectiva sociológica e antropológica do gênero e sexualidades, de maneira em que os próprios estudantes passaram a articular esses conceitos para construir significados sobre suas experiências sociais. Em grande medida, são relações que vazam (INGOLD, 2012) e dialogam com a realidade da juventude LGBTQIAPN+.

Considerações Finais

O presente trabalho teve como objetivo refletir diante de uma experiência educativa em uma Escola Estadual em Maceió, em uma disciplina Eletiva. Nesse sentido, discutimos como o Ensino de Sociologia pode alocar a discussão das questões de gênero e sexualidades para o cotidiano escolar, trazendo uma centralidade para a temática, ainda que os documentos que orientam os currículos do Ensino Básico tratam dessa temática de forma marginalizada (BARBOSA, 2019).

Palavras-Chaves: juventudes; gênero; sexualidades; ensino de sociologia.

Referências

- ALAGOAS. Documento orientador do Programa Alagoano de Ensino Integral. Maceió, 2018.
- ARROYO, M. G. Repensar o ensino médio: por quê. In: ARROYO, M. G. Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 53-74.
- BARBOSA, I. I. Gênero e sexualidade no ensino de sociologia: uma alternativa pedagógica. 2019.
- BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. Revista Estudos Feministas, v. 19, p. 549-559, 2011.
- BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2018.
- DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. Revista Brasileira de Educação, n. 24, p. 40-52, 2003.
- DAYRELL, J. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. Educação & Sociedade, v. 28, p. 1105-1128, 2007.
- INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. Horizontes Antropológicos, v. 18, p. 25-44, 2012.
- JUNQUEIRA, R. D. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 7, n. 13, p. 481-498, jul./dez. 2013.
- LOURO, G. L. Corpo, escola e identidade. Educação & Realidade, 2000.
- SILVA, et al. Políticas educacionais brasileiras relacionadas à educação sexual no ensino de Ciências. Boletim de Conjuntura – BOCA, Boa Vista, v. 14, n. 40.